



**O PAPEL MILITAR DE JOSÉ
BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA
DURANTE A GUERRA PENINSULAR
(1808-1811)**

Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja



Resumo: José Bonifácio de Andrada e Silva, paulista, nascido na então Capitania de São Paulo, no Estado português do Brasil, é muito conhecido, especialmente por seu papel como Patriarca da Independência do país, em 1822. Além disso, há relatos sobre sua destacada atuação como cientista e professor na Universidade de Coimbra, onde se formou, lecionou e viveu por décadas. Em paralelo, desempenhou diversas funções públicas cumulativas, nem sempre remuneradas, em prol do Reino de Portugal. Entretanto, este artigo pretende divulgar uma faceta sua menos conhecida, em que pese sua importância histórica, e que certamente ajuda na compreensão do seu papel político posterior. Esta vem a ser seu desempenho, como militar voluntário, diante das invasões francesas a Portugal. Levado a participar da reação popular ao invasor, desde o início colaborou como pôde com o esforço de guerra da Universidade de Coimbra, culminando com a criação de um Corpo Militar Acadêmico. Nessa unidade militar única, foi de sargento a comandante, tendo passado por diversos episódios que influenciaram a campanha de reação luso-britânica ao invasor francês, em especial na Ofensiva do Marechal Soult, no Vale do rio Douro, na primavera e no verão de 1809.

Palavras-chave: Bonifácio, Coimbra, Corpo Acadêmico, Guerra Peninsular.

Abstract: José Bonifácio de Andrada e Silva, a “paulista” born in the then Captaincy of São Paulo, in the Portuguese state of Brazil, is well known, especially for his role as Patriarch of the country’s Independence in 1822. There are also reports of his outstanding work as a scientist and professor at the University of Coimbra, where he graduated, taught and lived for decades. At the same time, he performed various public functions, not always remunerated, on behalf of the Kingdom of Portugal. However, this article aims to divulge a lesser-known side of him, despite his historical importance, which certainly helps in understanding his later political role. This is his performance as a military volunteer during the French invasions of Portugal. Prompted to take part in the popular reaction to the invaders, he initially collaborated as best he could with the war effort at the University of Coimbra, culminating in the creation of an Academic Military Corps. In this unique military unit, he rose from sergeant to commander, having been involved in several episodes that influenced the Portuguese-British reaction campaign to the French invader, especially in Marshal Soult’s Offensive in the Douro River Valley in the spring and summer of 1809.

Keywords: Bonifácio, Coimbra, Academic Corps, Peninsular War.

INTRODUÇÃO

Quando o Brasil acaba de completar 200 anos de sua emancipação política de Portugal, devemos buscar celebrar a vida, as decisões e os feitos dos principais personagens que protagonizaram essa história. Além do próprio Imperador Dom Pedro I, da Imperatriz Leopoldina e de outras personalidades menos lembradas, um nome que sempre vem à memória comum dos brasileiros é o do Patriarca da Independência: José Bonifácio.

O nome de José Bonifácio de Andrada e Silva (**figura 1**), ou simplificada, como visto logo acima, José Bonifácio, quase sempre, para o brasileiro médio, remete ao seu papel como um dos pais fundadores da Independência do Brasil. É importante acrescentar, contudo, que o renomado estadista, nascido na Vila de Santos, na Capitania de São Paulo, no ano de 1763, afora essa faceta política, também desempenhou várias outras tarefas meritórias, especialmente durante seu longo período a serviço da Coroa Portuguesa.

Infelizmente, por circunstâncias do destino, que separaram as duas nações aparentadas, a partir da segunda década do século XIX, esses papéis de José Bonifácio não são muito conhecidos no Brasil, nem também em Portugal. E é importante lembrar que este então súdito do rei português, por vicissitudes históricas, tornado súdito do imperador brasileiro, muito tenha realizado por Portugal!



Fig. 1 – José Bonifácio de Andrada e Silva, herói da Independência do Brasil

Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil)

Antes de avançar, é importante dizer que o escopo deste artigo é tão somente divulgar um período da vida de José Bonifácio, pouco explorado nas literaturas pertinentes ao santista, não deixando de destacar que esse foi um curto, mas intenso período desse grande brasileiro. Infelizmente, e também no caso de José Bonifácio, os relatos pessoais dos diversos participantes da chamada Guerra Peninsular em Portugal não são muito abundantes, nem precisos, havendo diversas lacunas ainda a serem preenchidas.

A trajetória de José Bonifácio em solo português começa com sua chegada ao Reino em 1783, com a finalidade de iniciar seus estudos junto à renomada Universidade de Coimbra, os quais perduram até 1788. Antes disso, e como grau preparatório para os anos em Coimbra, o jovem Andrada e Silva foi mandado para São Paulo de Piratininga, onde recebeu uma educação nos estudos clássicos no Seminário mantido pelo Bispo Dom Frei Manuel da Ressureição.

Quem foi esse religioso? Segundo consta, ele era o bispo metropolitano da Vila de São Paulo de Piratininga (hoje São Paulo), onde “mantinha a sua custa escolas para o ensino da Lógica, da Metaphysica, da Ethica e da Rethorica, leccionando êlle mesmo a língua francesa” (Sousa, 1922a, p. 342). Já, segundo a Arquidiocese de São Paulo, o bispo abriu um Seminário no Palácio Episcopal e “prosseguiu com o ensino na cidade, chegando ele mesmo a lecionar algumas matérias como língua francesa, Teologia Moral e Sagradas Escrituras. As ideias iluministas foram incentivadas pelo bispo na capital paulista” (Arquidiocese de São Paulo, 2023).



Em Coimbra, inicialmente, José Bonifácio cursou a Faculdade de Leis, onde ingressou em outubro de 1783, tendo iniciado no ano seguinte, simultaneamente, a Faculdade de Filosofia Natural e a de Matemática. Desse modo, ao longo desses anos, concluiu, com excelente aproveitamento não somente a Faculdade de Leis (em julho de 1788), mas também a de Filosofia Natural (julho de 1787), tendo ainda cursado diversas cadeiras da Faculdade de Matemática (Souza, 2015).

Tendo em vista o seu brilhante desempenho em Coimbra, e também com ajuda de conhecidos na capital do Reino, logo após a conclusão dessas faculdades, foi prontamente admitido na Academia Real de Ciências de Lisboa, por indicação do próprio Duque de Lafões. Esse nobre, cujo nome era João Carlos de Bragança, um dos sobrinhos do Rei Dom João V, por seu intelecto e vivência internacional, inclusive militar, era tido em alta conta na Corte de Portugal (Coelho, 1877, p. 6).

Por sinal, a então Real Academia de Ciências, na época sediada numa das alas do Palácio das Necessidades, em Lisboa, fora precipuamente organizada, com a ajuda do Duque de Lafões, para tentar alavancar em Portugal as pesquisas científicas num tempo governado pelos ideais iluministas. Nesse sentido, é muito provável que essa Academia muito deve ter se inspirado no que chegou a se ensinar, e experimentar, nas chamadas “Aulas da Esfera”, que ficaram famosas no Colégio de Santo Antão, *ex-libris* da educação jesuíta, em Lisboa.

Logo após a sua admissão na Academia Real de Ciências, ainda como fruto de sua amizade com o Duque de Lafões, ele e mais dois companheiros, tidos como das mais brilhantes cabeças do Reino (sendo um deles também brasileiro), foram designados para uma viagem científica que percorreu a Europa, entre 1790 e 1800 (Sousa, 2022b, p. 385). O objetivo de tal empreitada seria buscar conhecimentos científicos e tecnológicos com a finalidade de transplantá-los para Portugal, onde, ao longo dos séculos XVII e XVIII, por motivos variados, a pesquisa e a inovação científica ficaram bastante atrasadas (Sousa, 1922a).

Segundo Sousa, o Duque de Lafões vira em Bonifácio alguém cujo intelecto a Coroa podia ter certeza que identificaria as melhores práticas para serem trazidas para o Reino. Além disso, “era tão grande sua notoriedade que ninguém extranharia vê-lo apontado para desempenhar as mais altas comissões dentro ou fora do país” (Sousa, 1922a, p. 347), como de fato acabou ocorrendo.

De forma resumida, a viagem de estudos ocorreu da seguinte maneira: inicialmente, a equipe de pesquisadores foi para a França revolucionária (1790 e 1791), depois esteve na Confederação Germânica, futuro núcleo da Alemanha atual (1792 a 1794), passando a seguir pela Áustria e pelo atual norte da Itália (1795). Entre 1796 e 1798, estiveram na Suécia, indo a seguir para a Dinamarca (1799), passando, de retorno a Portugal, em 1800, pela Grã-Bretanha (Souza, 2015).

De volta ao Reino de Portugal e, posteriormente, ao longo de quase 20 anos, José Bonifácio, foi designado pelo próprio Príncipe Regente, entre diversas outras funções, sobretudo, para ser o Intendente-Geral das Minas e Metais do Reino. Nesse encargo, o santista ficara “encarregado de dirigir, e administrar as Minas, e Fundições de Ferro de Figueiró dos Vinhos; e de propor [ao Príncipe Regente] todas as providências, e regulamentos que [julgasse] necessários para pôr em acção, o valor produtivo das mesmas Ferrarias” (Lisboa, 1802). Além disso, em paralelo:

deveria organizar e consolidar o ensino da cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra durante seis anos, findos os quais, deveria ocupar-se unicamente da Intendência Geral das Minas e Metais, ocupando-se particularmente das Ferrarias de Figueiró dos Vinhos, localizadas junto da Foz de Alge, bem como da abertura das minas de carvão de pedra” (em Buarcos) – (Figueiró dos Vinhos, 2023).

Desse modo, ao verificarmos sua vasta folha de serviços em Portugal, entre 1800 e 1819, exerceu as seguintes funções remuneradas: lente de metalurgia na Universidade de Coimbra, intendente-geral das minas do reino e a de superintendente do Rio Mondego – bem como das obras públicas de Coimbra (vivência que o ajudará em suas missões militares, como será visto adiante) e desembargador do Tribunal da Relação do Porto.

Além das funções citadas, e de forma cumulativa, mas sem remuneração, recebeu os encargos de: membro do Tribunal de Minas para todos os domínios portugueses (órgão nunca de fato ativado), administrador da mina de carvão de pedra de Buarcos, superintendente das Ferrarias de Figueiró dos Vinhos (Machuca e Foz de Alge) – (**figura 2**), Avelar e Tomar, professor de docimasia metalúrgica (quantidade de metais nas ligas metálicas) no Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa, administrador da sementeira de pinhais do Reino, diretor hidráulico das obras do encanamento do Rio Mondego, provedor de Maralhães, que, por sinal, também deveria superintender (Sousa, 1922b, p. 385; Arquivo Nacional, 2023).



Figura 2 – Ruínas da Ferraria da Foz de Alge em Figueiró dos Vinhos

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

Conforme Carvalho, em sua interessante descrição sobre a tentativa de recuperação, com muitos óbices, das Ferrarias de Alge: “não se podia exigir mais dum único homem: obrigado a estar na cidade do Mondego entregue a seus alunos, ele tinha, simultaneamente, de orientar as obras em Figueiró, o curso de docimasia na Casa da Moeda, e a Intendência em Lisboa!” (Carvalho, 1953).

Já que mencionamos florestas, na medida em que era o responsável pela Ferraria de Foz de Alge, movida, sobretudo, a carvão vegetal, devia cuidar das florestas circunvizinhas àquela instalação. Talvez por isso, e por ser estudioso do assunto, acabou se tornando, igualmente, o responsável pelo reflorestamento de Portugal, a partir de sementeiras de pinhais, como a que geriu no Couto de Lavos (perto da foz do Rio Mondego).



Por oportuno, e por ter reflexos mais à frente, em Coimbra, onde tinha diversos de seus encargos, Bonifácio adquirira uma propriedade fora daquela cidade (a Quinta do Almeigue), cujos vestígios ainda são hoje evidentes, na margem esquerda do Mondego, onde, nas poucas horas vagas, entre leituras e experimentos científicos, vivenciava o plantio de pinheiros, flores, cereais, legumes e vegetais (Souza, 2015, p. 85).

No que tange aos trabalhos científicos de José Bonifácio em Portugal, podemos exemplificar, brevemente, os seguintes estudos sobre Mineralogia, dentre o conjunto total de sua obra: *Sobre as Minas em Portugal, Sobre a nova mina na outra banda do Tejo, Sobre os veeiros e jazigos metalliferos de Traz-os-Montes, Viagem Mineralógica pela Extremadura até Coimbra, Memória sobre Minerographia da serra que decorre do monte de Santa Justa...até Santa Comba e Viagem geognóstica aos Montes Euganeos* (Coelho, 1877, p. 14; Sousa, 1922a).

Foi no auge de dessas muitas missões acadêmicas, científicas e administrativas que sobreveio o pior da crise diplomática entre Portugal e França, com participação da Espanha, decorrente do então secreto Tratado de Foutainebleau (que estabelecia a partilha de Portugal entre os signatários – França e Espanha). Na verdade, as relações de Portugal com a França de Napoleão Bonaparte já tendiam, novamente, à guerra havia tempos, visto que o Reino português continuava aliado histórico do principal inimigo dos franceses: a Grã-Bretanha.

No decorrer desse longo e custoso conflito, que, mais do que parece no Brasil, marcou profundamente Portugal, esse país sofreu três grandes incursões militares francesas, entre os anos de 1807 e 1811. Em consequência dessa guerra: milhares de portugueses foram mortos, feridos ou presos; parte valiosa do patrimônio histórico-cultural secular do Reino foi roubada, queimada ou destruída; e a economia, a sociedade e a política portuguesas sofreram profundamente.

O conflito tem origens remotas na Revolução Francesa, uma catástrofe política ocorrida na França monárquica de 1789, com desfecho sangrento, que logo se espalha por boa parte da Europa, nos finais do século XVIII. Tal escalada ocorreu como resultado da reação francesa à intervenção estrangeira em seu território, sobretudo após a execução dos reis franceses, no começo de 1793. A contar desse ano, começou a ocorrer uma série de conflitos militares, envolvendo diversos países, em coligações sucessivas, quase sempre com a Grã-Bretanha a liderar a coalizão, mas sempre contra a França Revolucionária e, posteriormente, Imperial.

Durante a primeira dessas guerras de coligação, Espanha e Portugal, com apoio britânico, invadiram a França, a partir dos Montes Pireneus, na chamada Campanha do Rossilhão. Essa invasão (entre 1793 e 1795), no contexto de uma ofensiva geral das monarquias europeias contra a França Revolucionária, obteve êxito inicial, mas acabou rechaçada, tendo a Espanha assinado uma paz em separado com a França, deixando Portugal, tecnicamente, em guerra com os franceses (Vicente, 1993).

A partir de 1799, com o Golpe do 18 de Brumário¹, Napoleão Bonaparte assumiu o poder total na França, dando um novo impulso às guerras empreendidas pelos franceses para expandir a “Revolução” e, sobretudo, a nova ordem jurídica, por toda a Europa, em flagrante desafio aos regimes monárquicos do chamado Antigo Regime (Pontes, 2021).

¹O golpe de Estado de 18 de Brumário, do ano VIII do calendário da Revolução Francesa, ocorreu na data correspondente a 9 de novembro de 1799, no calendário gregoriano, e é geralmente considerado como o início da Era Napoleônica na França e na Europa (nota do autor).



No que tange à Península Ibérica, como essa porção da Europa já havia sido envolvida no conflito amplo com a Campanha do Rossilhão, os franceses, com ações furtivas (político-diplomáticas) e ostensivas (militares), gradualmente submeteram a Espanha a seus interesses. Inicialmente, no âmbito maior da Guerra da 2ª Coligação, forçaram a Espanha a uma breve guerra contra Portugal, a chamada “Guerra das Laranjas” (1801), quando os portugueses foram derrotados, perdendo territórios históricos (como a cidade fronteiriça de Olivença).

Mais à frente, com a derrota das esquadras francesa e espanhola, pela britânica, na Batalha de Trafalgar (1805), inviabilizando a invasão das Ilhas Britânicas, surgiu um grande entrave aos planos de guerra de Bonaparte contra a Grã-Bretanha. Como resultado, em Berlim, em novembro de 1806, Napoleão Bonaparte decretou o famoso Bloqueio Continental, visando derrotar economicamente a Grã-Bretanha. Por tal decreto, nenhuma nação europeia deveria manter relações comerciais com o Reino da Grã-Bretanha, o que foi prontamente acatado por toda a Europa, com a exceção de Portugal, da Suécia e da Rússia.

Como consequência imediata, Portugal tornou-se, abertamente, um objetivo a ser, no mínimo, influenciado pelos franceses, resultando na assinatura do já citado Tratado de Fontainebleu (partilha de Portugal entre a França e Espanha) e o início dos preparativos para a primeira invasão francesa de Portugal. Ao longo do ano de 1807, o governo de Lisboa passou a ser pressionado para cumprir o determinado pelos franceses. Nesse ínterim, o Príncipe Regente Dom João realizou uma diplomacia dúbia: ora adulando os franceses, ora os ingleses, decidindo, por fim, acertadamente, partir para o Brasil (Vicente, 1993, Martins, 1944a).

Assinado o Tratado de Fontainebleu em julho, já em novembro de 1807, as tropas francesas (o chamado *Corps d’Observation de la Gironde* ou Corpo de Observação da Gironde) e espanholas invadiram Portugal, praticamente sem resistência, vindo a ocupar Lisboa e, em seguida, todo o país, no final daquele mês. Já então, a Família Real portuguesa e parte considerável da elite do país haviam seguido para o Rio de Janeiro (Vicente, 1993).

Inicialmente, por ordem real, não houve resistência aos invasores, que ocuparam Lisboa em 30 de novembro de 1807, formalizando, a partir daí, gradualmente, o controle sobre o Reino. Inicialmente, o comandante francês, o então *Général de Division* Jean-Andoche Junot procurou dar um certo tom de conciliação na governança exercida, o que gradualmente começou a mudar com o passar dos meses, com destaque para o evento do hasteamento da bandeira francesa no alto do Castelo de São Jorge, que gera distúrbios em Lisboa (Barreiros, 1918).

Com isso, a passividade inicial portuguesa começou a dar lugar a uma crescente animosidade para com o invasor, o que explode em junho de 1808 com a chegada das notícias acerca da insurreição espanhola que começara em Madri. Partindo da cidade do Porto, em 6 de junho, rapidamente, a revolta se alastrou de norte para sul do país, tendo a insurreição chegado a Coimbra em meados de junho (Martins, 1944a, p. 77).

Coimbra, por sinal, na época das invasões francesas, contava com “cerca de 12.000 habitantes (que) viviam na cidade distribuídos pelas freguesias da Sé Nova, S. Pedro, S. Salvador, S. João de Almedina, S. Cristóvão, S. Bartolomeu, S. Tiago, S. João de Santa Cruz, Santa Justa”. Mantendo suas características medievais, a cidade, que nasceu e cresceu às margens do rio Mondego, ao menos desde a antiguidade romana, apresentava as partes baixa (áreas residenciais e comerciais) e alta (moradas, paços e dependências da Universidade) – (Martins, 1944a, p. 115).

Cidade estratégica, Coimbra estava no limiar entre a Beira Alta (ou interior) e a Beira litorânea. Mais além, era ponto de passagem obrigatória na estrada que existia, desde a antiguidade romana, entre

Lisboa e o Porto. Certamente, tal confluência de vias de acesso e situação geográfica (sem esquecer do peso político da cidade) certamente influenciaram na decisão de sediar em Coimbra, definitivamente, em meados do século XVI, a principal universidade portuguesa. Com o passar dos séculos, cresceu a importância da ligação viária entre Lisboa e o Porto (unindo o sul e o norte de Portugal). Por isso, a Estrada Real entre as duas cidades foi nomeada, no século XIX, como Estrada Real nº1.

Tal estrada, no começo do século XIX, ainda bem precária, partia de Lisboa, passava, *grosso modo*, por: Sacavém, Alverca, Alhandra, Alenquer, Porto-de-Mós, Leiria, Pombal e Coimbra. A partir dessa cidade ribeirinha, ainda bem rústica, percorria um trecho com grande importância histórica para Portugal, passando por: Fornos, Mealhada, Anadia, Avelãs de Caminho, Sardão, Águeda, Mourisca do Vouga, Serém, Albergarias – velha e nova –, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Grijó, Vila Nova de Gaia até chegar ao Porto.

Entre essas duas últimas cidades, aliás, inicialmente, a ligação era feita por balsas ou pontões, depois por uma ponte flutuante de pontões, evoluindo até as modernas pontes que começaram a cruzar o Rio Douro, a partir de meados do século XIX.

Contagiados pela febre revolucionária vinda do norte do país, em 23 de junho, uma massa de populares conimbricenses, rebelada, invadiu o Colégio de São Tomaz e capturou os cerca de 100 franceses que ali estavam em guarnição. Posteriormente, a turba entrou no “Colégio Franciscano, chamado dos Pimentas, onde José Pedro (de Jesus) – (uma das lideranças populares da revolta) lhe põe à disposição as armas dos três regimentos de cavalaria das províncias do Norte, que, no princípio do ano, ali tinham sido desarmados” (Martins, 1944a, p.144).

A própria Universidade de Coimbra também havia aderido à revolta, apesar da aceitação inicial ao invasor francês por uma parte do Corpo de Professores (incluindo o reitor) por seus valores, supostamente, mais liberais. Segundo Martins, já na fase seguinte, antifrancesa, ou nacionalista, da universidade, inicialmente organizou-se o “Corpo de Voluntários Acadêmicos”, comandado por Tristão Álvares da Costa da Silveira, que era lente de Matemática, mas também tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros (Martins, 1944a, p. 151). Posteriormente, em meados de julho, criou-se um Corpo Militar de Lentes, Opositores, Doutores e Professores, sob o comando do vice-reitor, com um efetivo de cerca de 60 docentes e funcionários da universidade, com missões de segurança junto ao estabelecimento de ensino e sua direção (Araujo, 2009, p. 286).



Figura 3 – Fachada atual do Laboratório Químico que virou fábrica de pólvora e munições leves em 1808-1809

Fonte: Foto do autor



No Corpo de Voluntários Acadêmicos, os estudantes foram organizados em 6 (seis) companhias de infantaria, 1 (um) esquadrão de cavalaria, 1 (uma) bateria de artilharia e 1 (uma) companhia de artífices. Esta última, sob o comando do doutor Tomé Sobral, trabalhava na produção de pólvora e outros itens bélicos junto ao Laboratório de Química. Nesse trabalho, em cerca de 3 meses, o Laboratório Químico, mobilizado para a guerra (**figura 3**), produziu cerca de 803.000 cartuchames para mosquete e cerca de 100 arrobas de pólvora (Martins, 1944b, LXVII)², sendo que, em média, eram produzidos e encaixotados, diariamente, 6.000 a 7.000 cartuchos (Silva, 1812, p. 77).

Cabe aqui mencionar que outra importante frente dessa campanha de resistência às invasões francesas foi travada pela Imprensa da Universidade, que, a partir de julho de 1809 até maio de 1811, passou a publicar, regularmente, um jornal chamado *Minerva Lusitana*. Nessa publicação, com edições com frequência variável (de diária a eventual, dependendo da época), saíam notícias sobre o esforço militar acadêmico, feitos dos estudantes em armas, conjuntura nacional e, por vezes, internacional, quando dava destaque a eventos como batalhas travadas em Espanha ou em outras partes da Europa (Araújo, 2009).

Voltando ao esforço fabril, a primeira pólvora foi produzida pelo Laboratório Químico já na noite do dia 26, tida como de excelente qualidade pela tropa nos dias subsequentes. Quanto ao cartuchame, este foi entregue à responsabilidade do doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, que, com apoio de soldados portugueses convalescentes, ou em licença na cidade, ourives e funileiros locais, bem como um sargento que trabalhava na Ferraria de Tomar rapidamente produziram cerca de 3.000 cartuchos (Martins, 1944a, p. 152).

Apesar de sediado em Coimbra, os acontecimentos de junho de 1808 na cidade do Mondego encontraram José Bonifácio em Tomar, onde estava, como anteriormente citado, com muita dificuldade, por vários anos, tentando reativar a produção das antigas ferrarias (que, além de Tomar, existiam em Machuca e Foz de Alge, mais para o norte), que tanto ajudaram o desenvolvimento de Portugal nos séculos XVII e XVIII (Carvalho, 1953).

Conforme descrito por Sousa, naquele mesmo mês de junho, “de Thomar (Bonifácio) enviou solicitamente para Coimbra, onde a vigorosa reação dos estudantes universitários se organiza, um punhado de armas e alguns espingardeiros que os industriassem no manejo dellas” (Sousa, 1922a, p. 397). Nos meses seguintes, já em Coimbra, até a Convenção de Sintra, e depois desta, apoiou o vice-reitor da Universidade, participou das tomadas de decisão, tendo ainda sido incorporado no Corpo Militar de Lentes, no posto de sargento (Martins, 1944a).

Já segundo outra literatura, por essa época (julho de 1808 em diante) teria assumido a função de sargento-mor, com o que, por meio das orientações do então Governador das Armas de Coimbra, Nuno Freire de Andrada, teria sido fundamental para exigir dos integrantes do Corpo de Lentes “disciplina e regularidade em todos os exercícios, paradas, guarnições e marchas, que passaram também a ser registados em livros de ordens do dia” (Araújo, 2009, p. 286; Barreiros, 1918).

No que tange à interdição dos acessos à cidade, a Fábrica de Fiação local começou a produzir material de guerra com essa finalidade, com destaque para a produção de cavalos de frisa, guarnecidos com pontas de ferro. Igualmente nesse sentido, fossos são cavados e abatizes (corte de árvores sobre o leito da estrada) lançados, cortando, desse modo, os acessos pelas estradas que vêm de Mortágua (a nordeste)

²Na obra referenciada consta toda a variada produção do Laboratório entre os meses de julho a setembro (inclusive) de 1808.

e da Ponte da Mucela (de leste). Além disso, os próprios moradores fecham as ruas internas da cidade com meios improvisados (barricas de vinho, cadeiras, carroças e tudo o mais assemelhado) – (Carvalho, 1944, p. 152-154).

Vale destacar que houve todo um estudo de situação para tais decisões de interdição de vias, especialmente porque se achava que a tropa francesa mais próxima, capaz de intervir na libertação de Coimbra, seria aquela sob o comando do General Conde Louis-Henri Loison, o famoso “Maneta”. Logo, como essas tropas francesas (uma das brigadas da 2ª Divisão, do *Corps d’Observation de la Gironde*) estavam guardando a Beira Alta, a partir da praça-forte de Almeida, achava-se que qualquer ameaça imediata só poderia vir dessas estradas interditadas a leste e nordeste (Barreiros, 1918 e Amaral, 2010).

Simultaneamente, à execução desses frenéticos preparativos no terreno e nas oficinas, os voluntários acadêmicos, aproveitando a quase ausência de tropas francesas no centro de Portugal, começaram a lançar destacamentos do Corpo de Voluntários para libertarem as principais cidades no entorno de Coimbra. Inicialmente, os patriotas conimbricenses organizam uma expedição com cerca de 40 voluntários, sendo, destes, cerca de 25 estudantes, para se deslocarem para Figueira da Foz, para tomar o forte local (Barreiros, 1918).

O Destacamento Acadêmico, ao comando do acadêmico e antigo Sargento de Artilharia Bernardo Antônio Zagalo, partiu para a foz do Mondego na tarde do dia 25 de junho. Ao longo do percurso, beirando a margem direita do rio Mondego, acolheu centenas de milicianos, armados ou não, o que facilitou o cerco e a rendição do Forte de Santa Catarina, na Figueira da Foz (Silva, 1812, p. 36; Martins, 1944a, p. 150).



Figura 4 – Planta de Coimbra no começo do século XIX

Fonte: Martin, 1944a



A tomada do importante forte permitiu aos acadêmicos, além da aquisição de armamentos leves e pólvora, a obtenção de alguns canhões para reforçar o seu módico arsenal. Além do aspecto material, em termos estratégicos, a ocupação da foz do Mondego também facilitou a ligação com os britânicos, sem falar no incentivo a novas sublevações de patriotas (o que logo ocorreu em Condeixa, Ega, Soure, Pombal, Leiria, Marinha Grande e Nazaré) – (Silva, 1812).

Desse modo, considerando a aberta sublevação dos espanhóis e portugueses contra a ocupação francesa, tropas britânicas, ao comando do Tenente-General Sir Arthur Wellesley, o futuro Duque de Wellington, iniciaram os preparativos para intervir em Portugal. Deve-se reforçar que tal desembarque com tropas foi também muito facilitada pela já mencionada ação do Corpo de Voluntários Acadêmicos, em Figueira da Foz, no mês anterior, permitindo a aproximação naval britânica a Lavos, com muito maior segurança.

Ao longo desse intenso mês de julho, com a partida dos contingentes espanhóis, que estavam no Algarve e norte do país (para conter a rebelião na Espanha), os franceses só tinham tropas em Lisboa e no Alentejo, as quais o General Junot mandou reunir para tentar rechaçar os britânicos. A partir de agosto, isolado da França, com a presença do Corpo de Wellington, com cerca de 18.000 homens, reforçados por cerca de 2.500 portugueses, os franceses foram sucessivamente derrotados no combate da Roliça (17 de agosto) e na Batalha do Vimeiro (21 de agosto).

Com essas derrotas, a situação militar tornou-se insustentável para os franceses. Desse modo, o General Junot entrou em negociações com os britânicos, o que resultou na assinatura da chamada Convenção de Sintra (30 de agosto de 1808). Essa, assinada à revelia dos portugueses, sem a participação direta do General Wellesley, resultou na contestada evacuação dos franceses, assistida pela Marinha britânica, levando boa parte do saqueado aos portugueses.

Com o advento do ano de 1809, nova invasão francesa sobre Portugal se anunciou, pois Napoleão Bonaparte, após sua breve intervenção pessoal na Espanha, efetivamente designou o 2^{eme} Corps d'Armée, do Marechal Soult, para a tarefa. Isso porque, após a Batalha de La Coruña e a morte do General Moore, as forças britânicas foram evacuadas da península. Em resposta à provável ameaça, os portugueses mobilizaram as tropas que conseguiram reunir e confirmaram a nomeação do General britânico William Carr Beresford como comandante supremo de suas forças, tendo-o nomeado marechal.

Nessa toada, a partir de 2 janeiro de 1809, o Corpo Militar Acadêmico fora reativado, por pedido da Regência (Basto, 1926, p. 10), sendo José Bonifácio incluído em seu rol de oficiais superiores como major. Logo no começo (em janeiro), seus efetivos iniciais incorporados chegaram a 242 alunos, tendo atingido, dois meses depois, 761 alunos e 150 professores, que passaram a realizar marchas, manobras e guarnecer postos de segurança na cidade de Coimbra e seus arredores (Araújo, 2009, p. 291).

Voltando aos franceses, estes, em março, após dura resistência das milícias portuguesas na fronteira do Minho em fevereiro, o 2^{eme} Corps d'Armée, com cerca de 25.000 homens, retrocedeu pela Galícia, mas avançou laboriosamente, dessa feita, pelo Vale do Tâmega, via Chaves, a seguir ocupando Braga, e, por fim, entrando no Porto em fins daquele mês.

Desde as primeiras incursões na fronteira do Minho, em fevereiro, e na invasão efetiva pelo eixo Chaves-Braga-Porto – em sua maior parte em lindas paisagens, mas bastante acidentadas –, as tropas francesas foram implacavelmente fustigadas pelas milícias portuguesas, causando grandes retardos e perdas significativas (Martins, 1944, p. 92). No final de março, a queda do Porto – e a resultante morte de centenas de civis refugiados, ao cruzarem o Douro, na chamada “Tragédia da Ponte das Barcas” – causou grande comoção nacional, que chegou rapidamente a Coimbra por refugiados vindos pela Estrada Real.



Nessa ocasião, desde janeiro, o Corpo Militar Acadêmico vinha se adestrando, guardando os acessos à cidade e reforçando a interdição militar desses locais (Silva, 1809, p. 6-7).

Tais trabalhos de interdição, aliás, por ordem do Coronel Nicholas Trant, que assumira o Governo Militar de Coimbra, em 26 de março, foram bastante intensificados. O então Major José Bonifácio de Andrada e Silva, por sua experiência, e, talvez, ligação, em tempos de paz, com as obras públicas de Coimbra, recebeu a responsabilidade pela execução dessas missões. Entre esses trabalhos, destacou-se a construção de um reduto para artilharia e o agravamento e a proteção das margens da Ribeira Velha, ou de Coselhas, que passava sob a Ponte de Água de Maias (hoje desaparecida e que estaria onde atualmente temos a rotunda, próxima ao atual Jardim da Casa do Sal), então acesso mais a norte da cidade de Coimbra (Silva, 1812, p. 86).

Segundo Sarmento, além desse Plano de Barreiras, sumariamente organizado, Trant ordenou a José Bonifácio que levantasse todos os vaus existentes naquele momento no rio Mondego, bem como mandasse reunir todas as embarcações disponíveis naquele curso d'água, pensando talvez numa evacuação rio abaixo, para evitar seu uso pelas divisões francesas (Sarmento, 2009, p. 24).

Entrementes, enquanto essas tarefas defensivas ocorriam, em 31 de março de 1809, o Corpo Acadêmico e as milícias de Coimbra e Viana do Castelo (ali estacionadas) seguiram pela Estrada Real para a região dos Fornos, situada a cerca de uma légua da cidade, onde acamparam em terrenos do comerciante conimbricense Luís José da Cunha Freitas (Martins, 1944a, p. 226). Trant, então, ordenou que um destacamento de reconhecimento fosse organizado, com 150 homens escolhidos do Corpo Acadêmico e dos regimentos de milícia, para ficarem sob seu comando direto (Araujo, 2009, p. 291).

Em poucos dias, mais tropas de 1ª e 2ª linhas portuguesas, inclusive 2 (dois) esquadrões de cavalaria, reforçaram a diminuta divisão de Trant, que, no dia 6 de abril, ordenou o avanço dessa divisão com o objetivo de, juntamente com as milícias locais³, estabelecer uma cortina de resistência mínima ao longo do corte do rio Vouga, cerca de 50 quilômetros ao norte.

Nessa época, como anteriormente mencionado, a estrada pública que ia de Coimbra ao Porto era uma das principais do Reino, tendo derivações, a partir de certos marcos, para diversos destinos secundários, como era o caso da estrada para Aveiro (que começava entre as localidades de Sargento-Mor e Carqueijo, um pouco além da localidade dos Fornos).

Segundo Sarmento, as tropas que compunham a Divisão de Milícias de Trant por essa época eram: Corpo Militar Acadêmico, Regimento de Milícias de Coimbra (reduzido), Regimento de Milícias de Viana do Castelo (reduzido), Corpo de Ordenanças de Lafões, um Batalhão de Infantaria de Linha misto, um Batalhão de Infantaria de Linha de Peniche, dois Esquadrões de Cavalaria (um do Regimento de Cavalaria – RC nº4 e um do Regimento de Cavalaria – RC nº10) – (Sarmento, 2009, p. 28; Silva, 1812, p. 88). Com esses efetivos, considerados diminutos, portanto, para a missão prevista, Trant dividiu suas tropas em dois destacamentos: Oeste (rumando para Aveiro) e Leste (rumando para Águeda).

O Destacamento Oeste, comandado pessoalmente pelo Coronel Trant, foi composto pelo Comando da Divisão e Destacamento de Reconhecimento, Corpo Militar Acadêmico, duas Companhias de Granadeiros dos Batalhões de Linha e as Companhias de Caçadores das Milícias, tendo na vanguarda o esquadrão de cavalaria proveniente do RC nº10. Todas as demais tropas, incluindo a pouca artilharia e os trens de

³Para uma melhor descrição sobre os diversos tipos de tropas portuguesas e, em especial, sobre as milícias e ordenanças, ver PIRES, Nuno Lemos. *Milícias e Ordenanças no Norte de Portugal durante as primeiras invasões francesas*. 2009.

suprimento e destacamento sanitário, seguiram com destino a Águeda, sob o comando do Tenente-Coronel John Campbell (Sarmento, 2009, p. 31).

O Destacamento Oeste devia proteger o avanço do Destacamento Leste contra possíveis investidas de flanco da cavalaria francesa, até a chegada do Destacamento Leste para a guarnição, juntamente com as milícias do Vouga, de três pontes estratégicas, consideradas como as que estariam no eixo de avanço principal francês (pela Estrada Porto-Coimbra-Lisboa): a Ponte de Segadães, as Pontes de Marnel e Lamas do Vouga e a Ponte de Barcas (em Macinhata do Vouga) – todas no corte do rio Vouga. O Destacamento Oeste, posteriormente, avançaria, a partir dos arredores de Aveiro, subindo pela margem esquerda do rio até se reunir às posições de bloqueio anteriormente mencionadas.

Como todo planejamento militar, o de Trant sofreu a ação do imponderável: na manhã de 7 de abril, tropas francesas, que estavam a guarnecer posições avançadas nas localidades de Albergaria-a-Velha, realizaram um agressivo reconhecimento, que foi até Serém, na margem direita do Vouga (na altura da Ponte de Barcas). Apesar das forças francesas (elementos de cavalaria) terem recuado, tropas e milícias portuguesas que já haviam se posicionado nas alturas de Serém, na margem direita do Vouga, recuaram atabalhoadamente sobre a localidade de Macinhata do Vouga (na margem esquerda), causando o pânico na população local.



Figura 5 – Vista atual da Ponte do Marnel, onde, em seus arredores, esteve em posição o Corpo Militar Acadêmico, em maio de 1809

Fonte: Vitor Oliveira

O pânico logo se espalhou por meio do sinal de alarme convencional, típico das aldeias portuguesas: o badalar dos sinos das igrejas locais. Com tal mecanismo acústico, o rebate falso ou boato se alastrou por léguas, chegando ao Destacamento Oeste, que havia pernoitado de 6 para 7 de abril na aldeia da Venda Nova (hoje, Freguesia de Sepins e Bolho), na estrada para Aveiro.

Em meio a sua marcha planejada, na altura da Vila da Palhaça, chegaram crescentes rumores, na verdade sem o menor fundamento, de supostas tropas francesas em avanço para o sul. Com isso, o Major



José Bonifácio, que seguira com o Corpo Acadêmico, enquanto o grosso das tropas entrou em linha de batalha, se voluntariou para realizar reconhecimentos, que, ao fim e ao cabo, confirmaram o alarme falso.

Mesmo assim, o Coronel Trant cancelou o avanço sobre Aveiro, mandando o destacamento voltar para Venda Nova, onde pernitoou de 7 para 8 de abril. No dia seguinte, Trant e os acadêmicos marcharam na direção leste, para o eixo da Estrada Real, pernitoando em Avelãs de Caminho, onde, inicialmente, haviam ficado os trens de suprimento de Trant, inclusive as munições da divisão, antes do rio Vouga.

Finalmente, a 9 de abril, a divisão de Trant começou a se reunir, com a chegada do Destacamento Oeste ao rio Águeda, onde se situa a cidade com mesmo nome (em sua margem direita). A intenção agora pareceu ter sido focar na montagem das posições de bloqueio nesse eixo central (coincidindo com a Estrada Real nº1), que era a direção tática de avanço mais provável de ser seguida pelos franceses.

No dia 11 de abril, toda a divisão de Trant foi reunida e perfilada nos arredores da aldeia da Mourisca do Vouga, localidade central no dispositivo defensivo de Trant, a cerca de 4 quilômetros de Águeda e outros tantos das margens do rio Vouga. Fora dessa revista, ficaram os esquadrões de cavalaria, uma vez que se achavam, por grupos, patrulhando as margens desse rio obstáculo. Nesse dia, na revista, o comando da divisão computou cerca de 3.600 homens em armas, afora os cavalarianos (Silva, 1812, p. 92).

Por esses dias, Trant ordenou que ocorressem as devidas promoções no Corpo Militar Acadêmico, de modo a completar os claros, em especial de oficiais superiores (que, segundo o alistamento de janeiro, deveriam ser preenchidos por diversos professores e acadêmicos, que, todavia, sequer cogitaram de seguir para o Vouga). Assim Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcellos, promovido a coronel, assumiu o comando do Corpo, e José Bonifácio de Andrada e Silva foi a tenente-coronel, tendo passado a ser o subcomandante da unidade (Martins, 1944b, p. CXXVIII).

No dia 12, tendo em vista o constante afluxo de refugiados vindo das regiões ocupadas pelos franceses, bem como as constantes querelas entre as diferentes unidades militares em presença, o Coronel Trant estabeleceu um “Conselho Permanente de Segurança e Polícia do Exército”. Coube a José Bonifácio, promovido a tenente-coronel, a chefia dessa comissão, que funcionou junto ao Quartel Divisionário em Águeda (Martins, 1944a, p. 228), com deveres muito semelhantes aos de uma seção de inteligência (ou assuntos civis, atual).

A 17 de abril, já com as promoções efetivadas, o grosso do Corpo Acadêmico marchou para a localidade da Trofa e, depois, para um ponto de bloqueio sobre a ponte do Vouga em Segadães (mais a oeste). Em 23, o corpo foi mandado voltar para leste, para a localidade de Pedações, onde ficou a seu encargo a guarda das pontes do Marnel e a seguinte a ela (Lamas), e, a partir de onde, ficou cumprindo diversas missões de segurança.

O Corpo Acadêmico ficou em Pedações até 8 de maio, quando foi mandado cruzar o Vouga e ocupar posições nas alturas de Serém. Ali, já à espera das unidades avançadas do Exército Britânico, sua missão foi impedir os exploradores inimigos de espreitar o terreno. Ao longo do dia 9 de maio, foram muito bem sucedidos nesse intento.

Com isso, no alvorecer do dia seguinte (10), as tropas francesas em Albergaria-a-Velha (a cavalaria ligeira do General Franceschi e elementos da infantaria de linha do General Mermet) foram surpreendidas pelo decidido avanço das forças de 1ª linha anglo-portuguesas (divisão de cavalaria britânica e regimentos portugueses), sob o comando do Major-General Stapleton Cotton, sendo incluído, na ordem de batalha, em reforço, o Corpo Militar Acadêmico (Basto, 1926, p. 10).

No dia 11, o Corpo Acadêmico seguiu o avanço aliado, que empurrou as posições avançadas francesas na direção do Porto, vencendo o Combate de Grijó. Nesses dias, a unidade acadêmica marchou pelas localidades de Oliveira de Azemeis, Santa Maria da Feira e Corvo, onde bivacou de 11 para 12 de maio.

No dia 12 de maio, logo cedo, a bateria de artilharia do Corpo Acadêmico, com três peças de pequeno calibre, reforçou os fogos da artilharia britânica a partir da Serra do Pilar. Enquanto isso, outras cinco peças apoiaram a ofensiva sobre a cidade, cruzando o rio, perto do meio-dia, para, a partir da Ribeira do Porto, apoiar as tropas da Divisão de Guardas do General Sherbrooke (Basto, 1926, p. 208). Nesse meio tempo, a subunidade de voluntários do Corpo Acadêmico, em reforço aos batalhões de caçadores britânicos, da divisão do General Hill, já havia cruzado, mais cedo, o Douro para colaborar na violenta retomada da cidade, a partir do Seminário Católico (Silva, 1809, p. 21; Araújo, 2009, p. 294; Corte Real *et al.*, 1809).

Nessa ofensiva, chamada 2ª Batalha do Porto, ou Batalha do Douro (**figura 6**), a artilharia do Corpo Acadêmico, além de seu dever, tomou parte na perseguição ao inimigo pelos arruamentos da cidade até a freguesia do Rio Tinto (Silva, 1809, p. 21; Araújo, 2009, p. 294). Em paralelo, em outra coluna de avanço (a do General Hill), cerca de 100 caçadores acadêmicos, incluindo o comandante do destacamento, o Tenente-Coronel José Bonifácio de Andrada e Silva:

[...] embarcarão eles com os Cassadores Ingleses em Quebrantões, aportarão no Prado, combaterão no Alto do Seminário de São Bruno, em o largo da Oliveira, no Padrão de Campanham, na Ponte das Pullas, na estrada do Bonfim, descobrirão as embuscadas do Inimigo e segurião sêo alcance até Rio Tinto, huma légua além do Porto (Martins, 1944b, p. CXXIV).

No meio da tarde do dia 12, os franceses haviam evacuado, atabalhoadamente, o centro do Porto, abandonando bagagens e butim, sendo empurrados na direção de Amarante (estrada do Valongo), pelas colunas aliadas. Com isso, no fim da tarde, o grosso da Divisão Ligeira de Trant, juntamente com o restante do Exército do General Wellesley, pôde cruzar o rio para o Porto, incluindo os seus trens de suprimento e enfermaria de campanha (Silva, 1809, p. 22; Corte Real *et al.*, 1809).

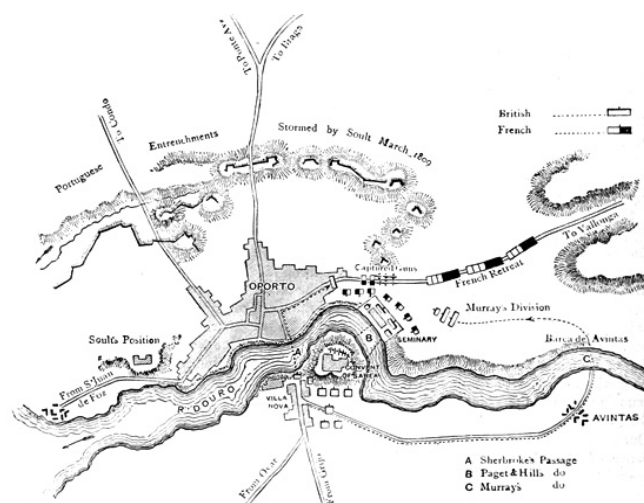


Figura 6 – Esquema de manobra da Batalha do Douro, travada em 12 de maio de 1809

Fonte: James Grant, coleção Mechanical Curator



Após a retomada do Porto (**figura 7**), o Corpo Militar Acadêmico passou à prestação de tarefas de guarnição e segurança na área da referida cidade, tendo o Tenente-Coronel José Bonifácio sido convocado para reassumir a função de desembargador, que já desempenhava, anteriormente, na cidade. Além disso, segundo suas próprias palavras, José Bonifácio, em paralelo às funções que exercia, com a falência da ordem pública na cidade conflagrada, é chamado a restabelecer a situação. Segundo o paulista, em petição por sua aposentadoria, de 1816, ao Rei Dom João VI:

[...] conquistado o Porto, tendo fugido a maior parte dos Magistrados daquela cidade, foi o suplicante (Bonifácio) nomeado Intendente interino de Polícia, Superintendente da Alfândega e da Marinha, em que serviu gratuitamente e foi também encarregado de arrecadar e tomar posse dos armazéns do inimigo (Souza, 1922, p. 388).

Em 24 de julho, os acadêmicos, já começando a ficar desfalcados, por baixas diversas, receberam ordens de se dirigir para a praça-forte de Almeida, onde, inicialmente, desempenhariam tarefas de guarnição daquela fortaleza. Desse modo, os acadêmicos, que não tinham permissão para operarem no estrangeiro, liberariam contingentes de tropas regulares para reforçar os limitados efetivos do Exército Português do Marechal Beresford (Araújo, 2009, p. 297).

Na prática, o Tenente-Coronel José Bonifácio, embora tenha tentado acompanhar o Corpo Militar Acadêmico em seu deslocamento entre o Porto e suas novas posições na fronteira da Beira Alta, solicitou ao Marechal Beresford o seu afastamento definitivo, com honras, da unidade. É que, conforme está descrito na Ordem do Dia daquele comandante, de 4 de agosto de 1808:

como o seu emprego primitivo de Desembargador da Relação do Porto, e instruções que lhes forão dadas pela Regência do Reino o chamão às suas obrigações Ministeriaes: o Sr. Marechal lhe concede que se retire fazendo assim publico ao Exército a grande aprovação que merecerão os seus bons serviços, como os da sua Corporação tão digna de louvor (Santos, 1809, p. 88).

Nas semanas seguintes, foi o próprio Corpo Militar Acadêmico, enquanto desempenhava tarefas de guarnição, já na Beira Baixa, mais precisamente no Fundão, que foi mandado desmobilizar. Em Ordem do Dia de 24 de agosto de 1809, o Marechal Beresford mandou desmobilizar o Corpo, recolhendo suas armas e apetrechos junto à Universidade de Coimbra, de modo que “alli estejam prontas, se o inimigo tentar ainda a invasão destes Reinos, não duvidando que a mesma lealdade ao seu Príncipe e amor da Pátria, que tem já dirigido este Corpo, o renimará para tomar as armas” (Silva, 1812, p. 158 e Santos, 1809).

Nos dias seguintes, o Corpo seguiu para Coimbra, onde se desmobilizou solenemente, no dia 3 de setembro, incluindo nesses eventos uma missa de *Te Deum* na histórica Igreja do Real Mosteiro da Santa Cruz, não por acaso o local onde estão enterrados os dois primeiros reis portugueses: Dom Afonso Henriques e Dom Sancho I.

No começo de 1810, havia, na Península Ibérica, nove corpos de exército franceses: “três comandados por Massena, destinavam-se a invadir Portugal, ao norte do Tejo, ao passo que outros três, sob a direção de Soult, deviam concorrer também para essa conquista” (Vicente, 1993, p. 38). Napoleão Bonaparte, contudo, havia ordenado que a invasão francesa ocorresse somente no outono, certamente para preservar as tropas invasoras quanto ao desgaste ante o histórico forte calor do verão na Península Ibérica.



Figura 7 – A Tomada do Porto em 12 de maio de 1809
Fonte: J. C. Stradler

Enquanto, todavia, não vinha uma nova invasão francesa, o então Visconde Wellington, comandante supremo das Forças Anglo-Portuguesas, em outubro de 1809, determinou, secretamente, o início da construção das Linhas de Torres. Essas fortes posições defensivas, constituídas por uma 1ª Linha (norte de Ericeira a Alverca) e – como não veio, de imediato, a invasão – uma 2ª Linha (litoral de Torres Vedras a Alhandra) e 3ª Linha (Oeiras-Carcavelos), visavam impedir a conquista de Lisboa.

O objetivo dessa estratégia defensiva era, por meio do judicioso uso do terreno acidentado da Estremadura portuguesa, potencializada pelas fortificações, impedir o acesso francês às poucas vias de acesso que levavam à capital portuguesa. E, na eventualidade de o inimigo se apresentar com força avassaladora, a 3ª Linha garantiria o reembarque britânico para evitar uma desastrosa captura (Lobo, 2015).

Enquanto tudo isso se passava, José Bonifácio tentava, com muita dificuldade, cumprir as ordens recebidas e retomar a rotina de suas missões administrativas e burocráticas, especialmente no que tange à navegação do Mondego e a retomada da produção fabril, pelas quais lhe cabiam inúmeras responsabilidades. De forma previdente, já em 1809, mandara evacuar sua residência preferida em Coimbra, a Quinta do Almegue, do que lhe fosse de maior valor, incluindo sua esposa e filhas, que foram mandadas para Lisboa.

Na verdade, até agosto de 1810, a maior parte da população de Coimbra partira da cidade, bem como de diversas outras localidades, até as Linhas Defensivas de Torres Vedras, por ordem do Visconde Wellington. Tal medida, ordenada pelo comandante supremo dos exércitos anglo-portugueses, serviria para aumentar a lassidão a ser enfrentada pelos franceses na estrada para Lisboa.

A 3ª invasão francesa começou, efetivamente, bem antes do determinado por Napoleão Bonaparte, em maio de 1810, com o cerco francês à praça-forte espanhola de Ciudad Rodrigo. Esta, em meados de julho, acabou sucumbindo, tendo dado Massena ordens para que o seu 8^{eme} Corps d'Armée avançasse, sem perda de tempo, para sitiar a praça-forte de Almeida, já em Portugal (Martins, 1944a, p. 282).



Almeida foi cercada pelos franceses, em meados de agosto, e acabou caindo, lamentavelmente, bem antes da longa resistência esperada, em 28 de agosto. É que, no entardecer de 26 de agosto, após um disparo fortuito da artilharia de sítio francesa ter atingido o paiol da praça-forte, isso causou uma devastadora explosão, que aniquilou a estrutura fortificada e boa parte de seus ocupantes. Dada a devastação causada, a fortaleza se rendeu prematuramente, o que permitiu ao exército de Massena, com cerca de 65.000 homens, avançar pela Estrada da Beira, no rumo de Lisboa.

Ao avançarem sobre a Beira, pegaram a estrada da margem direita do rio Mondego (sentido Mortágua-Coimbra), sendo barrados pelos exércitos de Wellington, nas alturas da Serra do Bussaco. Em combate sangrento, porém indecisivo, os franceses sofreram grandes perdas, mas acharam como desbordar a excelente posição anglo-portuguesa (por Boialvo), ameaçando os aliados e Coimbra com seu avanço inexorável pela estrada pública Porto-Lisboa (Martins, 1944a, p. 286-291).

Com o recuo ordenado dos aliados no rumo da Linha de Torres, a cidade de Coimbra foi efetivamente ocupada pelos franceses em 1º de outubro, tendo a cidade, especialmente a sua parte baixa, sido impiedosamente saqueada pelas forças francesas, carentes de suprimentos mínimos. Graças à intervenção de alguns oficiais portugueses, a soldo francês, a área acadêmica, situada na parte alta, sofreu relativamente poucos danos oriundos de saque.

Entre os saques e confiscos perpetrados pelas tropas francesas em Coimbra, especial atenção parece ter sido dada a residências e propriedades de lentes e diretores da Universidade de Coimbra que serviram ao Corpo Militar Acadêmico. Dentre as propriedades violadas, destacaram-se: a residência dos lentes José Bonifácio de Andrada e Silva (Metalurgia), a Quinta do Almegue, e Tomé Rodrigues Sobral (Química), que tiveram especial destaque na resistência, e também o Laboratório Químico da Universidade, que foi incendiado (Brandão, 1938; Martins, 1944a; Silva, 1812).

Em 4 de outubro, as forças de Massena seguiram em perseguição aos anglo-portugueses, por esta altura já em vias de mobilizar completamente as Linhas de Torres. Como o grosso das forças de Massena seguira no rumo de Lisboa, a cidade de Coimbra ficara guarnecida por “uma pequena companhia composta por 61 praças do batalhão de marinheiros, que acompanhava o exército invasor, além dos doentes e feridos da Batalha do Bussaco” (Brandão, 1938).

Não obstante e meio que inesperadamente, Coimbra foi libertada em 6 de outubro, quando parte das forças irregulares portuguesas, sob o comando do Coronel Trant, estimados em cerca de 3.500 homens (dos regimentos de milícias de Coimbra, Aveiro, Porto, Oliveira de Azemeis, Maia, Penafiel), retomaram a cidade (idem). Tal ação foi facilitada certamente pela diminuta guarnição deixada pelos franceses na cidade.

Segundo o próprio Bonifácio, durante esse interregno entre a nova invasão francesa e a sua retirada, um pouco antes de 27 de outubro de 1810, recebeu ordens de reativar o Corpo Militar Acadêmico, por ordem do ministro dos Negócios da Marinha e da Guerra, Miguel Pereira Forjaz. Entretanto, mesmo após o Tenente-Coronel José Bonifácio haver publicado dois editais, foram relativamente poucos os estudantes que se apresentaram para mais essa reunião do Corpo, tendo ainda havido dificuldades para aquartelar e equipar os que se apresentaram (Martins, 1944a, p. 302-305; Sousa, 1922, p. 397).

A partir de dezembro, o Corpo Acadêmico, longe de estar com seu efetivo completo (provavelmente com duas companhias de fuzileiros, quando muito), foi destacado para cumprir tarefas de guarnição militar em Óbidos e Peniche (Sousa, 1922b, p. 388). De lá, entre dezembro e janeiro, o Corpo Militar incompleto foi anexado às tropas do Brigadeiro-General Blunt, com tropas que tinham a missão de guarnecer e fustigar o flanco direito das tropas francesas que estavam posicionadas em frente à Linha de Torres,



impedindo e fustigando suas operações de rastreo e saque de provisões (particularmente em Pederneira, Alcobaça, Marinha Grande e Rio Maior) – (Martins, 1944a, p. 309).

Entre 7 de fevereiro e início de abril de 1811, com a retirada de Massena, o Corpo Militar Acadêmico de Coimbra foi mandado realizar treinamentos na área de Autoguia das Baleias, nos arredores de Óbidos, visando qualquer eventualidade em curto prazo. Finalmente, em 15 de abril de 1811, o secretário de Negócios da Guerra ordenou a José Bonifácio que mandasse dissolver a unidade militar de voluntários, ato que ele cumpre ao longo dos meses de abril e maio, até pela questão dos pagamentos devidos aos estudantes que haviam efetivamente se apresentado (Martins, 1944a, p. 316-317).

Um fato notável é que nas três edições do Corpo Militar Acadêmico, além de José Bonifácio, chegaram a combater, no mínimo, 20 estudantes brasileiros, de diversas províncias do Estado do Brasil. Entre esses, o destaque vai para José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, sobrinho do Andrada; José Clemente Pereira, português que teve, posteriormente, destaque na Independência do Brasil e desempenhou diversos cargos públicos; Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, nobre português, mas nascido na Bahia, e autor de relato da campanha dos acadêmicos que consta na bibliografia (Lima, 1941); e João Cândido de Deus e Silva, nascido no Grão-Pará, mas que serviu posteriormente com o juiz e político na então província imperial brasileira do Piauí (Miranda, 2020).

Em discurso realizado perante a Academia Real das Ciências (hoje Academia de Ciências de Lisboa), em 1819, ou seja, logo antes de seu retorno ao Brasil, Bonifácio relembra seu serviço militar contras os franceses. Ali, demonstrando o orgulho que sentia de sua folha de serviços militares naquele período, afirmou que “em tão arriscadas circunstancias mostrei, senhores, que o estudo das lettras não desaponta as armas, nem embotou um momento aquella valentia, que sempre circulara em nossas veias, quer nascessemos áquem ou além do Athlantico” (Coelho, 1877, p. 19; Cruz, 1979; Sousa, 1922).

Importante citar, de forma completa, a título de conclusão, o que sobre José Bonifácio escreveu o Coronel Henrique Campos Ferreira Lima. Esse oficial, quando diretor do Arquivo Histórico Militar do Exército Português, na Alfama, em Lisboa, realizou diversos estudos sobre personagens e assuntos diversos, baseados no acervo militar que dirigiu. Em fechamento de um breve estudo que fez sobre a faceta militar do herói luso-brasileiro afirma:

Nada mais consegui apurar sobre a sua carreira militar, mas o que fica relatado parece-me suficiente para poder afirmar, em conclusão, que o sábio luso-brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, que tanto contribuiu para a Independência do Brasil, bem merece a gratidão e o reconhecimento de Portugal pela notável e patriótica acção militar que, em prol da independência da terra portuguesa, desenvolveu na época calamitosa e memorável das invasões francesas (Lima, 1941, p. 10).

Desse modo, esperamos que este trabalho possa ter contribuído para a divulgação um pouco mais acentuada de mais essa faceta do personagem José Bonifácio de Andrada e Silva, que, além de professor, cientista, metalurgista, viajante, administrador, jurista, poeta e escritor, também pode, e deve, ser conhecido por sua breve, mas intensa vivência militar em prol de Portugal.



FONTES MANUSCRITAS

EXÉRCITO PORTUGUÊS. *Descrição das diferentes fases da campanha realizada de 1809 a 1811 com a constituição dos distritos, armamentos, guarnição e fim especial das obras e reconhecimento das linhas de Torres Vedras*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar. Caderno Manuscrito digitalizado. 1809 (?). 39p.

LISBOA. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Alvará de Regimento com Força de Lei no qual o Príncipe Regente, em consideração ao abatimento das minas e estabelecimentos metálicos, é servido estabelecer...*Coleção de Leis 1222-1926. Maço 9. Documento 000042. Janeiro de 1802. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=8174225>. Acesso em: 10 jul 2023.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e Silva. *Correspondência de José Bonifácio de Andrada e Silva para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de estado dos negócios da guerra...* 10 jan 1811. Disponível em: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=179416>. Acesso em: 26 jul 2023.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Manuel. *O Corpo de Observação da Girona*. In: Portal de História. 2010 . Disponível em: <https://www.arqnet.pt/exercito/odb-cog07.html>. Acesso em: 20 out 2023.

ARAÚJO, Ana Cristina. A participação do Batalhão Acadêmico de Coimbra na derrota dos franceses no Porto. In: OLIVEIRA, Valente de. *O Porto e as Invasões Francesas*. Volume 2. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto. 2009. p. 275-308.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Dom Frei Manuel da Ressurreição*. c.2023. Disponível em: <https://arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-frei-manuel-da-ressurreicao>. Acesso em: 9 jul 2023.

ARQUIVO NACIONAL. Casa da Moeda, Minas e Bosques. *Glossário de História Luso-Brasileira*. c.2023. Disponível em: <http://historialuso.an.gov.br/glossario/index.php/verbetes/14-verbetes-iniciados-em-c/1213-casa-da-moeda-minas-e-bosques>. Acesso em: 10 jul 2023.

BARREIROS, Fernando. *Notícia Histórica do Corpo Militar Acadêmico de Coimbra (1808-1811)*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar. 1918. 184p.

BASTO, Arthur de Magalhães. *1809: O Porto sob a segunda invasão francesa*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926. 238p.

BRANDÃO, Mário. *Um documento acérca dos prejuízos causados à universidade pela terceira invasão francesa*. Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra. 1938. 84p.



CARVALHO, J. SILVA. *A Ferraria da Foz do Alge*. Porto: Edições Marânus.1953. Separata facs. 3-4 do volume VIII de “Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro”. 83p.

COELHO, José Maria Latino. *Elogio Histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva*: lido na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira. 1877. 108p.

CORTE REAL, José Bernardo; ANDRADE, Joaquim Navarro de; CORAÇÃO DE MARIA, Luis do. *Minerva Lusitano*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1809, nº108. 19 maio 1809. Disponível em: <https://am.uc.pt/item/65329>. Acesso em: 29 dez 2023.

CRUZ, Guilhermes Braga da. Coimbra e José Bonifácio de Andrada e Silva. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe de Letras. Tomo XX. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979. 276p.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS. *Ferrarias Foz de Alge*. c.2023. Disponível em: <https://www.cm-figueirodosvinhos.pt/index.php/descobrir2/patrimonio-e-cultura/ferrarias-foz-de-alge>. Acesso em: 10 jul 2023.

LIMA, Henrique Campos Ferreira. José Bonifácio de Andrada e Silva, militar. In *Estudos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, Volume II. 1941. Edição Limitada. 10p.

LIMA, Henrique Campos Ferreira. *José Bonifácio de Andrada e Silva: major, tenente-coronel e comandante do Corpo Militar Acadêmico em 1809-1810*. Coimbra: Editora Coimbra, 1942. Edição Limitada. 24p.

LOBO, Francisco de Souza. *A Defesa de Lisboa – Linha de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809-1814)*. Cascais: Tribuna da História. 1ª edição. Julho de 2015. 344p.

MARTINS. Maria Ermelinda de Avelar S. Fernandes. *Coimbra e a Guerra Peninsular*: volume I. Coimbra: Tipografia da Atlantida. 1944a: il., fac-sim. ; 26 cm. 391p.

MARTINS. Maria Ermelinda de Avelar S. Fernandes. *Coimbra e a Guerra Peninsular*. Volume II. Coimbra: Tipografia da Atlantida. 1944b: il., fac-sim. ; 26 cm. 318p.

MIRANDA, Reginaldo. *Dr João Cândido de Deus e Silva*. In *Entretextos – Dilson Lage Monteiro*.

PIRES, Nuno Lemos. Milícias e Ordenanças no Norte de Portugal durante as primeiras Invasões Francesas. In: OLIVEIRA, Valente de. *O Porto e as Invasões Francesas*. Volume 1. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto. 2009. p. 157-192.

PONTES, Evandro F. de. *Os Pilares da Independência do Brasil*. Brasília: FUNAG. 2021. 1ª edição. Coleção Bicentenário: Brasil 200 anos 1822-2022. 344p.

SANTOS, Antônio Nunes dos. *Colecção das Ordens do Dia do Ilmo e Exmo Senhor Guilherme Carr Beresford – Anno de 1809*. Lisboa: Quartel-General. 1809. 226p.



SARMENTO, Alexandre Tomás de Moraes. *Relação das Medidas de Defesa do Vouga contra o Exército de Sout, em 1809*. Porto: Deriva Editora. 2009. 71p.

SILVA, Ovídio Saraiva de Carvalho e. *Narração das Marchas e Feitos do Corpo Militar Acadêmico desde 31 de março, em que saíu de Coimbra, até 12 de maio, sua entrada no Porto*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade. 1809. 26p.

SILVA, Ovídio Saraiva de Carvalho e. *O Patriotismo Acadêmico consagrado ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor D. João de Almeida de Mello de Castro*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1812. 184p.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas: obra comemorativa do 1º centenário da independência do Brasil*. Santos, Volume I. Santos: Câmara Municipal de Santos, 1922. 539p.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas: obra comemorativa do 1º centenário da independência do Brasil*, Volume II. Santos: Câmara Municipal de Santos, 1922. 882p.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio*, Volume 208. Brasília: Edições do Senado Federal, 2015. 321p.

VICENTE, Antonio Pedro. Invasões Francesas. In MEDINA, João (Org.). *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Volume X. Portugal Liberal (I). A Tempestade Napoleônica. Amadora: Ediclube Editora. 1993. 482p.



Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja Gonçalves é Coronel de Engenharia do Exército Brasileiro. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior, e, em paralelo, o Mestrado Acadêmico em Ciências Militares, este pelo Instituto Meira Mattos.

Atualmente, é o Oficial de Ligação para Assuntos Culturais e Doutrinários do Exército Brasileiro na República Portuguesa.